GAREN PODE CONFIAR

GAREN AUTOMAÇÃO S/A

CNPJ 13.246.724/0001-61

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.209	46.411
Clientes	6	66.622	62.664
Estoques	7	36.575	33.232
Adiantamentos a fornecedores		3.197	3.881
Impostos a recuperar	8	8.843	5.496
Partes relacionadas	15	1.032	1.201
Outras contas a receber		1.938	3.092
		157.416	**155.977**
Não Circulante			
Aplicações financeiras	5	166	128
Clientes	6	263	263
Impostos a recuperar	8	1.693	1.215
Impostos diferidos	17	921	1.233
Imobilizado	9	57.293	44.338
Ativo disponível para venda	3.7	574	574
Intangível	10	2.020	1.820
		62.930	**49.571**
Total do ativo		**220.346**	**205.548**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	53.743	41.590
Fornecedores	11	21.484	16.417
Obrigações sociais e trabalhistas	12	3.759	2.806
Impostos a recolher	13	2.171	2.407
Dividendos e bônus a pagar	15	19.324	13.430
Outras contas a pagar	18	11.221	6.186
		111.702	**82.836**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	53.637	63.763
Impostos a recolher	13	2.895	4.550
Provisão para contingências	16	18	-
Outras contas a pagar	18	140	523
		56.690	**68.836**
Patrimônio Líquido	**20**		
Capital social		10	10
Reserva legal		3	3
Reserva de lucros		51.941	53.863
		51.954	**53.876**
Total do passivo e patrimônio líquido		**220.346**	**205.548**

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	244.348	213.605
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	22	(161.092)	(138.154)
Lucro Bruto		**83.256**	**75.451**
Despesas comerciais	22	(25.924)	(20.800)
Despesas administrativas e gerais	22	(17.644)	(15.177)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		15.187	8.787
Resultado antes do resultado financeiro		**54.875**	**48.261**
Receitas financeiras	23	12.199	7.362
Despesas financeiras	23	(27.462)	(21.796)
Resultado financeiro líquido		**(15.263)**	**(14.434)**
Resultado antes do IR e da CS		**39.612**	**33.827**
IR e CS correntes	17.i	(4.566)	(3.602)
IR e CS diferidos	17.ii	(311)	1.210
Lucro líquido do exercício		**34.735**	**31.435**
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico (em R$)	20.5	34,74	31,44

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10**	**3**	**39.090**	**-**	**39.103**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.435	**31.435**
Distribuição de dividendos	-	-	(5.000)	(11.662)	**(16.662)**
Transferência para a reserva de lucros	-	-	19.773	(19.773)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10**	**3**	**53.863**	**-**	**53.876**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.735	**34.735**
Distribuição de dividendos	-	-	(19.289)	(17.368)	**(36.657)**
Transferência para a reserva de lucros	-	-	17.367	(17.367)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**3**	**51.941**	**-**	**51.954**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**34.735**	**31.435**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**34.735**	**31.435**

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (Reclassificado)	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**34.735**	**31.435**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.871	4.029
Baixa de bens do ativo imobilizado	435	292
Provisão para contingências e garantias	18	(35)
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	460	531
Impostos diferidos	311	(1.210)
Resultado financeiro e variação cambial líquidos	15.194	16.705
	56.024	**51.747**
Variações nos ativos e passivos:		
Clientes	(4.418)	(19.352)
Estoques	(3.343)	171
Adiantamento a fornecedores	684	(2.760)
Impostos a recuperar (circulante e não circulante)	(3.824)	3.464
Outras contas a receber	1.154	(894)
Fornecedores	5.067	(895)
Obrigações sociais e trabalhistas	953	17
Impostos a recolher (circulante e não circulante)	(1.891)	(1.626)
Outras contas a pagar (circulante e não circulante)	10.546	(3.066)
Juros pagos	(10.633)	(12.186)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**50.319**	**14.620**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.461)	(9.341)
Aplicações financeiras (não circulante)	(38)	(36)
Ativo disponível para venda	-	(124)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(18.499)**	**(9.501)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Partes relacionadas (circulante e não circulante)	169	(1.107)
Captação de recursos com financiamentos	37.566	90.196
Pagamento de parcela das debêntures e financiamentos	(40.100)	(44.830)
Dividendos obrigatórios e a pagar	(36.657)	(16.662)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(39.022)**	**27.597**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.202)**	**32.716**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.411	13.695
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.209	46.411
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.202)**	**32.716**

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Garen Automação S.A. ("Companhia") foi fundada em 31 de janeiro de 2011, com o aporte de investimento estrangeiro da Somfy S.A., grupo francês líder mundial no mercado de motorização e automatização. A Matriz e seu Parque Fabril está localizado na cidade de Garça, Estado de São Paulo, polo da indústria eletroeletrônica, numa área de 86.000 metros quadrados, sendo 22.000 metros quadrados de área construída, com moderna infraestrutura, tomando em consideração as necessidades de seus clientes, fornecedores e colaboradores. Possui Filial na cidade de Recife/PE e, integra o Grupo Garen, a empresa Garen da Amazônia Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda, CNPJ/MF sob nº 52.360.533/0001-88, desde 29/09/2023. A Companhia está em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR ISO 9001:2015 desde a data de 21 de dezembro de 2022, com escopo em projeto, desenvolvimento, fabricação e comercialização de cancelas, catracas, portões, sistemas de controle de acesso, acessórios para segurança eletrônica, alarmes, perfis estruturais, acessórios de fixação para sistemas de energia solar e automatizadores para portas e portões atendendo o mercado interno e externo. A organização, estrutura, coordenação da Companhia são centralizadas em sua sede, sem a participação de qualquer outra empresa ou grupo de empresas. A Companhia tem por objeto: (i) a industrialização e comercialização de automatizadores de portas e portões e demais acionamentos automatizados de uso residencial, comercial e industrial, bem como suas peças e acessórios, aparelhos para controle de tráfego de automotores, cancelas e demais controles de acesso; (ii) a prestação de serviços de assistência técnica; (iii) a produção de laminados de alumínio; (iv) a fabricação de esquadrias de metal; (v) a prestação de serviços especializados de acabamento em obras; (vi) o comércio atacadista de máquinas e equipamentos; (vii) o comércio varejista de máquinas, equipamentos, material elétrico, de telefonia e comunicação, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, além de suas peças e acessórios; (viii) a locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais; (ix) o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e (x) o transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional.

2. Elaboração e preparação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na legislação societária brasileira (Leis n os 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09) e o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), aprovado pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitido pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 25 de abril de 2025. Após a sua emissão, somente a Diretoria têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Perda (*impairment*) por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; • Passivos contingentes. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são apresentados em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para milhares, exceto quando indicadas de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas vigente não tratar especificamente dos respectivos assuntos contábeis. As informações referentes ao uso de julgamentos, estimativas e premissas adotados que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possua, um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício contábil estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 6 -** Análise de risco com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes; • **Nota 7 -** Perdas estimadas com estoques obsoletos, quando aplicável; • **Nota 9 -** Vida útil econômica do ativo imobilizado e recuperação nas operações (*impairment*); • **Nota 16 -** Provisão para demandas judiciais e demais ativos e passivos nas datas do balanço; • **Nota 17 -** Realização dos impostos diferidos; e • **Nota 19 -** Instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Moeda estrangeira: i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio na data da apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, quando aplicável. **3.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores nominais a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia, ajustados a valor presente, quando necessário. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **i. Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, do contas a receber, são calculadas com base na análise da idade dos títulos ("*aging list*"), provisionando os itens vencidos há longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis. O montante assim calculado é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são registradas na Rubrica "Despesas Comerciais" na demonstração do resultado do exercício. **3.4. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, exceto os custos dos empréstimos tomados. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **3.5. Imobilizado:** Terrenos, instalações, móveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado (quando e se aplicável). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens utilizada para depreciação é como segue (vida útil média do grupo de bens): • **Imóveis:** 15 a 85 anos; • **Instalações:** 10 a 40 anos; • **Máquinas e equipamentos:** 5 a 25 anos; • **Moldes:** 1 a 9 anos; • **Móveis e utensílios:** 6 a 18 anos; • **Veículos Leves:** 3 a 7 anos; • **Veículos Pesados:** 5 a 15 anos; • **Equipamentos de Informática:** 2 a 6 anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.6. Intangível:** É composto, substancialmente, por *softwares*, marcas e patentes. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial e licenças de programas de computador (*softwares*) são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimentos de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas às manutenções de *softwares são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas*. As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. São classificados pela Administração como vida útil indefinida, sujeitos a teste de recuperabilidade (*impairment*). Ganhos e perdas resultantes da baixa dos ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há reconhecimento de ganho ou perda resultante da baixa de intangível, segundo revisão de recuperabilidade efetuada pela Administração da Companhia. **3.7. Ativo mantido para venda:** O ativo não circulante mantido para venda, refere-se à terreno em que seu valor contábil será recuperado pela sua venda, e não pelo seu uso. O terreno está disponibilizado para venda, registrado à custo de aquisição. **3.8. Ativos circulantes e não circulantes:** Demonstrados ao valor de custo ou valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Subsequentemente, estes juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva em relação aos fluxos de caixa contratuais. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Ativos arrendados:** Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **3.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis (ativos não financeiros):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.11. Fornecedores e outras contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), e deduzidos dos pagamentos efetuados. **3.13. Benefícios a empregados: i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **ii. Benefícios de demissão e planos de contribuições definida:** A Companhia não possui planos de benefícios de demissão para funcionários e benefícios pós-emprego relevantes, tais como planos de contribuição e/ou benefícios definidos. **3.14. Custos de empréstimos:** Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. Não existem custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, quando e se aplicável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **i. Provisão para riscos processuais (contingências):** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas nas opiniões dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 16. **3.17. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.18. Capital social:** As ações da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, ou seja, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos conforme definidos em estatuto social são reconhecidos como passivo. **3.19. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador. **3.20. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. Na prática, a receita é mensurada tendo como base a emissão da nota fiscal. **i. Vendas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **3.21. Receitas financeiras e despesas financeiras: i. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **ii. Despesas financeiras:** As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias e variação cambial passiva. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.22. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. **i. Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira aplicável ao critério do lucro real, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R$ 240, e 9% de contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **ii. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **3.23. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações contábeis não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2024 utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas. **i. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem estimativas referentes à análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, a vida útil dos ativos, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **ii. Julgamentos:** A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas vigente não tratar especificamente dos respectivos assuntos contábeis. **3.24. Aspectos ambientais:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **3.25. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **i. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outras contas a receber. O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações contábeis. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado; • **Custo amortizado:** são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **ii. Passivos financeiros:** A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os term

GAREN AUTOMAÇÃO S/A

GAREN PODE CONFIAR

CNPJ 13.246.724/0001-61

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. **b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. **c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a)** Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b)** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c)** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d)** IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e)** Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	2024	2023
Caixa	-	10
Bancos	826	1.251
Aplicações Financeiras	38.549	45.278
	39.375	46.539
Circulante	39.209	46.411
Não Circulante	166	128

O saldo de caixa e equivalentes de caixa compreende os depósitos a vista correspondentes aos saldos bancários em conta corrente para o uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia da Companhia de captar recursos de terceiros visando alongamento da dívida e potencialização do caixa. As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações CDB e em fundo de renda fixa, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. Os resgates das aplicações financeiras de "longo prazo" estão vinculados as liquidações das parcelas de determinados empréstimos e o valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate. Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou captação de recursos financeiros, estes ficam em aplicações de liquidez imediata até a utilização. A exposição da Companhia a riscos e uma análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros.

6. Clientes:

	2024	2023
Mercado interno	51.473	43.925
Mercado externo **(i)**	17.216	20.346
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.804)	(1.344)
	66.885	62.927
Circulante	66. 622	62.664
Não circulante	263	263

(i) Redução de contas a receber do mercado externo principalmente por recebimento de clientes da Argentina que anteriormente estavam com impacto na liquidez devido a problemas econômicos do país. Assim, após assumir o novo governo no exercício de 2024, novas regras de recebimento foram estabelecidas e a Companhia recebeu boa parte dos valores previamente pendentes. A Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A Companhia não mantém qualquer garantia para os títulos em atraso. O prazo de recebimento das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

Prazo em dias	À vencer	Vencidos	Total
De 0 à 30 dias	22.017	4.515	26.532
De 31 à 60 dias	18.758	1.842	20.600
De 61 à 90 dias	9.937	689	10.626
De 91 à 180 dias	5.319	663	5.982
De 181 à 270 dias	888	425	1.313
De 271 à 360 dias	347	1.731	2.078
Acima de 361 dias	945	613	1.558
	58.211	10.478	68.689

Aproximadamente 11,3% (onze vírgula três) das vendas são recebidas à vista. A Companhia, levando em consideração o histórico de recebimento individualizado de seus clientes e de acordo com o prazo de médio de recebimento, reconhece a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Companhia provisionou os valores a receber cujo recebimento é duvidoso com base na negociação efetuada e cujo títulos encontram-se vencidos a mais de 60 dias. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(1.344)	(813)
Adições	(460)	(1.680)
Baixas	-	1.149
Saldo final	(1.804)	(1.344)

A despesa com constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas comerciais" na demonstração do resultado do exercício. A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

7. Estoques:

	2024	2023
Produtos acabados	8.712	6.676
Produtos semi-acabados	8.244	7.646
Matérias-primas	4.239	3.860
Componentes	11.916	11.989
Insumos	1.278	496
Importação em andamento	3.868	5.043
Outros (Estoques de 3ºs em poder da Companhia)	13	101
Provisão para perdas no estoque sem movimentação	(1.695)	(2.579)
	36.575	33.232

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. A provisão para perdas de estoques obsoletos (*slowmoving*) é parcialmente, constituída sobre os itens do estoque sem movimentação a mais de 365 dias e sobre os itens em excesso. A movimentação da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Saldo em 01º de janeiro	**(2.579)**	**(947)**
Adição da provisão para estoques obsoletos	(499)	(1.922)
Reversão da provisão para estoques obsoletos	1.383	290
Saldo em 31 de dezembro	**(1.695)**	**(2.579)**

8. Impostos a recuperar:

	2024	2023
ICMS	4.431	2.024
IPI	996	738
IRPJ/CSLL	345	15
Crédito financeiro - Lei Nº 13.969/19 (a)	4.042	3.065
Outros Impostos	722	869
	10.536	6.711
Circulante	8.843	5.496
Não Circulante	1.693	1.215

(a) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em Portarias Interministeriais e constituiu o crédito financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldo no montante de R$ 4.042, o qual vem sendo compensado com tributos federais periodicamente.

9. Ativo imobilizado:

	2024	2023
Imóveis	16.846	14.906
Máquinas e Equipamentos	27.458	21.915
Móveis e utensílios	819	512
Instalações	1.987	1.372
Veículos	3.867	2.727
Equipamentos de informática	719	774
Ativos em desenvolvimento	5.597	2.132
	57.293	44.338

Movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	(i) Ativos em desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.670**	**36.797**	**1.034**	**2.674**	**2.734**	**1.592**	**2.878**	**62.379**
Adições	1.793	5.505	26	229	644	409	459	9.065
Transferências	747	241	-	217	-	-	(1.205)	-
Baixas	-	(1.433)	-	-	(41)	(48)	-	(1.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**17.210**	**41.110**	**1.060**	**3.120**	**3.337**	**1.953**	**2.132**	**69.922**
Adições	1.974	8.981	334	831	1.536	255	4.115	18.026
Transferências	334	172	88	56	-	-	(650)	-
Baixas	-	(783)	-	(13)	-	(40)	-	(836)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**19.518**	**49.480**	**1.482**	**3.994**	**4.873**	**2.168**	**5.597**	**87.112**

Depreciação	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Ativos em desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.042)**	**(17.422)**	**(451)**	**(1.674)**	**(308)**	**(965)**	**-**	**(22.862)**
Depreciação do exercício	(262)	(2.914)	(97)	(74)	(343)	(261)	-	(3.951)
Baixas	-	1.141	-	-	41	47	-	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.304)**	**(19.195)**	**(548)**	**(1.748)**	**(610)**	**(1.179)**	**-**	**(25.584)**
Depreciação do exercício	(368)	(3.190)	(115)	(272)	(396)	(295)	-	(4.636)
Baixas	-	363	-	13	-	25	-	401
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.672)**	**(22.022)**	**(663)**	**(2.007)**	**(1.006)**	**(1.449)**	**-**	**(29.819)**
Imobilizado líquido								
Em 31 de dezembro de 2022	**12.628**	**19.375**	**583**	**1.000**	**2.426**	**627**	**2.878**	**39.517**
Em 31 de dezembro de 2023	**14.906**	**21.915**	**512**	**1.372**	**2.727**	**774**	**2.132**	**44.338**
Em 31 de dezembro de 2024	**16.846**	**27.458**	**819**	**1.987**	**3.867**	**719**	**5.597**	**57.293**

(i) Os ativos em desenvolvimento são compostos por: moldes e máquinas em fase de montagem e desenvolvimento, também construção, benfeitorias e instalações do novo prédio administrativo da Companhia. **i. Depreciação:** A Administração efetuou a última revisão e ajuste da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2024. A depreciação, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos e foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e em despesas do exercício. **ii. Perdas por redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia efetuou teste de redução no valor recuperável para esses ativos e não constatou a necessidade de reconhecimento de provisão para redução no valor recuperável dos mesmos, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos. **iii. Bens dados em garantias:** Apenas os financiamentos bancários estão garantidos pela alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado, conforme Nota Explicativa 14.

10. Intangível:

	2024	2023
Marcas e patentes	1.246	1.246
Licenças de uso de software	4.477	4.042
Amortização acumulada - Licenças de software	(3.703)	(3.468)
	2.020	1.820

11. Fornecedores:

	2024	2023
Mercado interno	15.949	16.029
Fornecedor - risco sacado	5.535	388
	21.484	16.417

O saldo a pagar a fornecedores está relacionado substancialmente a matéria prima utilizada no processo produtivo, aos serviços e materiais empregados na obra de melhoria na planta industrial e a fornecedores que prestam serviços de vendas dos produtos comercializados pela Companhia. A Companhia possui acordos com algumas instituições financeiras, conhecidos como "risco sacado" ou "forfaiting", que permitem financiar sua cadeia de suprimentos. De acordo com esses acordos, os fornecedores têm a opção de receber adiantamentos em suas faturas por meio do agente financeiro. Sob os termos desses acordos, as instituições concordam em adiantar os pagamentos devidos aos fornecedores e a Companhia posteriormente liquida essas duplicatas em uma data futura. O objetivo principal é agilizar os pagamentos e permitir que os fornecedores antecipem os recebíveis devidos pela Companhia antes do vencimento. Esses acordos têm limites e prazos específicos. Durante esse processo, não há alterações nas condições originais acordadas entre a Companhia e seus fornecedores que optam por essa antecipação. Além disso, não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores nem quaisquer outras restrições sobre a operação. Com esse tipo de acordo os pagamentos foram postergados em aproximadamente 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros.

12. Obrigações sociais e trabalhistas:

	2024	2023
Salários e encargos a pagar	1.797	898
Provisões trabalhistas	1.962	1.908
	3.759	2.806

13. Impostos a recolher:

	2024	2023
ICMS a recolher	178	310
Imposto de renda	3.112	4.244
Contribuição social	1.530	1.961
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	198	166
PIS e COFINS	52	332
Outros	(4)	(56)
Impostos a recolher	**5.066**	**6.957**
Circulante	2.171	2.407
Não Circulante (i)	2.895	4.550

(i) Parcelamento simplificado de Imposto de Renda e Contribuição Social com vencimento final em 60 meses.

14. Empréstimos e financiamentos:

Representados por:	2024	2023
Passivo circulante		
Capital de giro	51.257	39.122
Arrendamento financeiro	2.486	2.468
	53.743	41.590
Passivo não circulante		
Capital de giro	49.955	58.965
Arrendamento financeiro	3.682	4.798
	53.637	63.763
Total	**107.380**	**105.353**

A parcela dos empréstimos e financiamentos e arredamentos financeiro estão registradas no circulante e não circulante com os seguintes vencimentos:

Projeções dos fluxos de amortizações (vencimento)	Valor
2025	53.743
2026	16.591
2027	10.606
2028	5.473
2029	412
2030	20.555
	107.380

Termos e cronograma de amortização da dívida: Termos e condições dos empréstimos e financiamento foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	2024	2023
Capital de giro					
Banco Bocom BBM	R$	CDI + 6%	2025	1.443	3.683
Banco Daycoval	R$	13,08% a 24,36%	2025 a 2026	1.009	1.841
Banco Fibra	R$	CDI + 6,17% a CDI + 7,19%	2025 a 2026	2.319	4.467
Banco Industrial do Brasil	R$	CDI + 6,68%	2025	1.604	3.354
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	R$	Selic + 2,65%	2030	20.555	20.736
Banco Santander	R$	23,14% a 32,04%	2026 a 2028	6.692	4.547
Banco Santander (ACC)	R$	8,30%	2025	1.576	2.538
Banco do Brasil (ACC)	R$	7,65%	2025	6.135	-
Banco Sofisa	R$	12,02%	2025	934	2.334
Caixa Econômica Federal	R$	CDI + 2,64% a CDI + 3,84%	2026 a 2028	16.016	13.355
Caixa Econômica Federal (NCE)	R$	CDI + 2,76% a CDI + 4,2%	2027 a 2028	4.650	1.645
Itaú Unibanco	R$	4,79% a 19,44%	2027 a 2028	35.453	35.845
Itaú Unibanco (ACC)	R$	10,54%	2025	1.576	2.111
Uniprime	R$	CDI + 4,8% a CDI + 12,68%	2025 a 2029	2.488	2.350
Outros	R$			559	-
Imobilizado					
Banco Daycoval (Leasing)	R$	5,88%	2025 a 2026	218	411
Banco Santander	R$	CDI + 3,90%	2026	1.666	2.659
Banco Santander (Lease Back)	R$	17,24% do VTA	2027	1.632	2.230
Banco Volvo	R$	16,44% a 18,36%	2027	813	998
Caixa Econômica Federal (Finame)	R$	CDI + 8,34%	2026	42	202
Sisprime (Finame)	R$	CDI + 7,44%	2024	-	47
				107.380	105.353
Passivo circulante				53.743	41.590
Passivo não circulante				53.637	63.763

A Companhia não divulgou o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor é muito próximo do valor contábil. A Companhia possui cláusulas contratuais restritivas, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez está demonstrada na Nota Explicativa n° 19 - Instrumentos Financeiros.

15. Partes relacionadas:

(a) Operações	RBC Adm. de Bens Participações e Investimentos S.A.	José Márcio Ramirez	Outros membros da diretoria	Garen da Amazônia Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	Total 2024	Total 2023
Pagamento de bônus	-	-	1.282	-	1.282	380
Pagamento de dividendos	24.707	6.430	-	-	31.137	16.820
(b) Saldos em aberto						
Ativo circulante						
Mútuo	-	621	-	1.032	1.653	1.201
Passivo circulante						
Bônus a pagar	-	-	1.583	-	1.583	1.582
Dividendos a pagar	13.894	3.847	-	-	17.741	11.848

Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria e Conselho de Administração eleita por triênio, em conformidade com seus órgãos societários. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi em torno de R$ 2.760 (2023 - R$ 1.605). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

16. Provisão para contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2024, possui ações consideradas com perda provável de R$ 18 relacionadas a causas cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. **Processos possíveis:** Existem demandas judiciais, no montante de R$ 11.062 (R$ 9.678 em 2023), classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível e, portanto, não reconhecidas nas demonstrações contábeis. A legislação fiscal brasileira determina que impostos e contribuições sejam passíveis de revisão pelas autoridades competentes por períodos que variam de 5 a 30 anos, a partir da data de seu fato gerador. A Companhia discute judicialmente ações de natureza trabalhista e tributária, e devido ao grau de incerteza com relação ao desfecho dessas ações em curso, os valores aqui estimados podem divergir dos valores realizados no final das ações.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: i. Impostos correntes: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	2024	2023
Resultado do exercício antes dos impostos	39.612	33.827
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(13.468)	(11.501)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social	272	(69)
Diferenças temporárias	60	(935)
Diferenças permanentes	8.295	8.902
Utilização de prejuizo fiscal	275	-
Impostos correntes	**(4.566)**	**(3.602)**
Alíquota efetiva de impostos (%)	(12)	(11)

ii. Impostos diferidos: Os débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da avaliação a valor justo de ativos decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos.

Ativos fiscais diferidos:	Saldo em 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2024
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	457	156	613
Variação cambial passiva diferida	20	1.713	1.733
Prejuízo fiscal	276	(276)	-
Provisão para comissão e bônus	1.068	(99)	969
Provisão para giro lento de estoques	877	(300)	577
Provisão para garantia	247	(139)	108
Provisões Diversas	569	(175)	394
Saldo final	**3.514**	**880**	**4.394**
Passivos fiscais diferidos:			
Diferença de vida útil (taxa de depreciação)	2.084	560	2.644
Ajustes Líquidos Positivo da Lei 11.638	139	(21)	118
Amortização de Software e P&D	47	(30)	17
Provisões Diversas	11	683	694
Saldo final	**2.281**	**1.192**	**3.473**
Ativos e passivos fiscais diferidos, líquidos	**1.233**	**(312)**	**921**

A Administração, com base em suas projeções de Lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

18. Outras contas a pagar:

	2024	2023
Adiantamento de clientes - mercado interno	1.783	1.635
Adiantamento de clientes - mercado externo (i)	7.786	2.010
Comissões sobre vendas a pagar	1.266	1.561
Provisão para garantia de produtos	318	727
Outros	208	776
	11.361	6.709
Circulante	11.221	6.186
Não Circulante	140	523

(i) Adiantamento de clientes do mercado externo por estratégias comerciais e de fornecimento. Aumento de saldo por vendas a realizar no início do próximo exercício.

19. Instrumentos financeiros: A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 14 deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social e reservas conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **19.1. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: i. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Advém também da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de instituições financeiras ou contrato que a Companhia possui operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia só as realiza em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia; **ii. Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. O cronograma das parcelas de longo prazo dos empréstimos é apresentado na Nota Explicativa nº 14; **iv. Risco de gerenciamento de capital:** advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), com base em práticas internas e *benchmarking*; **v. Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI, por exemplo), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **19.2. Gestão de capital:** A gestão de capital tem por objetivo suportar a estratégia de crescimento da Companhia, levando em consideração o interesse dos acionistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de fatores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira. A Companhia busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos. **19.3. Análise de sensibilidade dos riscos de mercado:** O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta, considerando o Dólar Ptax de 6,19:

		Impactos no resultado		
	Fator de risco	Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R$/US$	9.751	11.609	13.931
Exposição		**9.751**	**11.609**	**13.931**

19.4. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos de Swap e NDF para proteção e trava de câmbio, sobre operações de crédito em moeda estrangeira, os vencimentos de NDF vão do exercício de 2025 a 2027 e os vencimentos para Swap vão do exercício de 2025 a 2028. Em 31 de dezembro de 2024, o ganho de MTM das operações era de:

	2024
SWAP	707
NDF	1.605
Total	**2.312**

A administração da Companhia avaliou e por entender ser irrelevante os saldos, não provisionou os efeitos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024. **19.5. Estimativas do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no mínimo 90 dias. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que é disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As aplicações financeiras, representadas por fundos de renda fixa e classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na cotação final do exercício fornecida pela respectiva instituição financeira.

20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 10, dividido em 1.000 (hum mil) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$10,00 (dez reais) cada uma.

	Ações ordinárias 2024	Ações ordinárias 2023
José Marcio Ramirez	200	200
RBC Administração de Bens, Participações e Investimentos S.A.	800	800
Ações totais emitidas em 31 de dezembro	**1.000**	**1.000**

20.2. Reserva legal: A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A Companhia deixou de constituir a reserva legal após atingir o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e foi constituída com o objetivo de capitalização da Companhia para futuras destinações e será aprovado em assembleia. **20.3. Dividendos mínimos obrigatórios:** Nos termos dos artigos 41 e seguintes, do Estatuto Social da Companhia, ao fim de cada exercício social e, a partir do lucro líquido apurado e, após a constituição da reserva legal de 5%, até que atinja 30% de seu capital social, a Companhia distribuirá dividendos aos seus acionistas do saldo restante. Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos mínimos obrigatórios foram constituídos sobre o limite do lucro líquido do exercício, totalizando R$ 17.368 (R$ 11.662 em 2023). **20.4. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações do capital social no final do exercício:

	2024	2023
Lucro liquido atribuivel aos acionistas	34.735	31.435
Quantidade de acionistas	2	2
Quantidade de ações	1.000	1.000
Resultado por ação básico	**34,74**	**31,44**

21. Receita operacional líquida: A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2024	2023
Receita Bruta no Mercado Interno	225.063	191.865
Receita Bruta no Mercado Externo	73.599	71.176
(-) Impostos sobre vendas	(43.569)	(37.201)
(-) Devoluções	(10.745)	(12.235)
	244.348	213.605

As receitas operacionais da Companhia são oriundas da industrialização e comercialização de automatizadores de portas e portões e demais acionamentos automatizados de uso residencial, comercial e industrial, bem como suas peças e acessórios, aparelhos para controle de tráfego de automotores, cancelas e demais controles de acesso, da prestação de serviços de assistência técnica, da produção de laminados de alumínio e da fabricação de esquadrias de metal. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. Em 31 de dezembro de 2024, a receita bruta no mercado externo representa em moeda estrangeira USD 12,565 milhões de dólares (USD 12,379 milhões de dólares em 2023), conforme a seguir:

	2024		2023	
	BRL	USD (em milhões)	BRL	USD (em milhões)
Receita Líquida Mercado Externo	67.866	12.595	61.240	12.379

22. Demonstração dos custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma clas-

continua...

JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102

Assinado de forma digital por JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Bauru, ou=Presencial, ou=03967468000148, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, cn=JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102
Dados: 2025.04.29 10:57:25 -03'00'

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a inf

GAREN PODE CONFIAR

GARENAUTOMAÇÃO S/A

CNPJ 13.246.724/0001-61

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

sificação das despesas baseada na sua função. A reconciliação do resultado por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrada conforme segue:

	2024	2023
Custo de produção	(114.765)	(100.528)
Custo dos serviços prestados	(2.409)	(1.517)
Despesas gerais e operacionais	(10.144)	(9.325)
Administrativo - Pessoal	(6.396)	(5.541)
Comercial - Pessoal	(7.655)	(5.379)
Produtivo - Pessoal	(30.104)	(23.215)
Administrativo - Depreciação e Amortização	(576)	(392)
Comercial - Depreciação e Amortização	(639)	(414)
Produtivo - Depreciação e Amortização	(3.670)	(3.223)
Comissões	(3.054)	(2.237)
Outras despesas administrativas **(i)**	(10.672)	(9.606)
Outras despesas comerciais **(ii)**	(14.576)	(12.754)
	(204.660)	**(174.131)**
Custos dos produtos vendidos	**(161.092)**	**(138.154)**
Despesas comerciais	**(25.924)**	**(20.800)**
Despesas administrativas e gerais	**(17.644)**	**(15.177)**

(i) Referem-se a despesas com consultoria jurídica, contábil e tributária no montante de R$ 2.075 (R$ 3.137 em 2023), despesas com tecnologia da informação no montante de R$ 896 (R$ 950 em 2023), despesas com importação no montante de R$ 678 (R$ 918 em 2023), despesas com ações judiciais de R$ 2.492 e outras despesas administrativas diversas no montante de R$ 4.550 (R$ 4.601 em 2023); e **(ii)** Referem-se a despesas com propaganda e marketing no montante de R$ 2.815 (R$ 3.283 em 2023), despesas com garantias no montante de R$ 1.245 (R$ 1.073 em 2023), despesas com viagens e veículos em R$ 3.261 (R$ 2.898 em 2023), fretes sobre vendas de R$ 1.201 e outras despesas comerciais no montante de R$ 6.054 (R$ 5.516 em 2023).

23. Resultado financeiro líquido:

	2024	2023
Variação cambial passiva e juros sobre partes relacionadas (i)	(7.886)	(2.079)
Perdas com Derivativos	(557)	(226)
Juros sobre fornecedores, impostos e contribuições	12	63
Descontos Concedidos	(402)	(62)
Taxas bancárias e impostos	(3.435)	(2.787)
Juros sobre empréstimos	(15.194)	(16.705)
Despesas financeiras	**(27.462)**	**(21.796)**
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.856	3.715
Ganhos com Derivativos	2.957	536
Variação Cambial ativa	4.585	1.418
Descontos financeiros obtidos	107	97
Juros Recebidos	694	1.596
Receitas financeiras	**12.199**	**7.362**
Resultado financeiro líquido	**(15.263)**	**(14.434)**

(i) Aumento das variações cambiais passivas devido a desvalorização do câmbio no exercício.

24. Análise de Resultado: Para os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia apresentou EBITDA conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	34.735	31.435
Tributos sobre o lucro - imposto de renda e contribuição social	4.877	2.392
Resultado financeiro (receitas financeiras, líquidas)	15.263	14.434
EBIT	**54.875**	**48.261**
Depreciação e amortização	4.871	4.029
EBITDA	**59.746**	**52.290**

25. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e não operacionais eram aproximadamente no montante de R$ 84.000.

26. Eventos subsequentes: A Administração da Companhia entende que não existem eventos subsequentes a considerar para fins de divulgação às demonstrações contábeis.

Diretoria

Jose Marcio Ramirez
Diretor Presidente - CPF 096.368.408-65

Rodrigo Maurici Barbosa
Contador - CRC: SP - 272440/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Garen Automação S.A. - Garça - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Garen Automação S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Garen Automação S.A.** em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-12 SP 029356/O-1

Marcos Vinícius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP- 262247/O-8

BDO

Assinado de forma digital por JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102
JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Bauru, ou=Presencial, ou=03967468000148, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, cn=JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA:45012218000102
Dados: 2025.04.29 10:58:04 -03'00'

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma digital pela empresa Jornal da Cidade de Bauru Ltda. em seu site de notícias. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR code ao lado ou pelo link: https://sampi.net.br/bauru/publicidade_legal